



Newsletter

N.º 14 - Outubro 2014

Sumário

- 1 Nota de Abertura
- 2 Primeiras Nótulas à Reforma do IRS
- 5 Jurisprudência Nacional Relevante
- 7 Principais Alterações Legislativas

Nota de Abertura

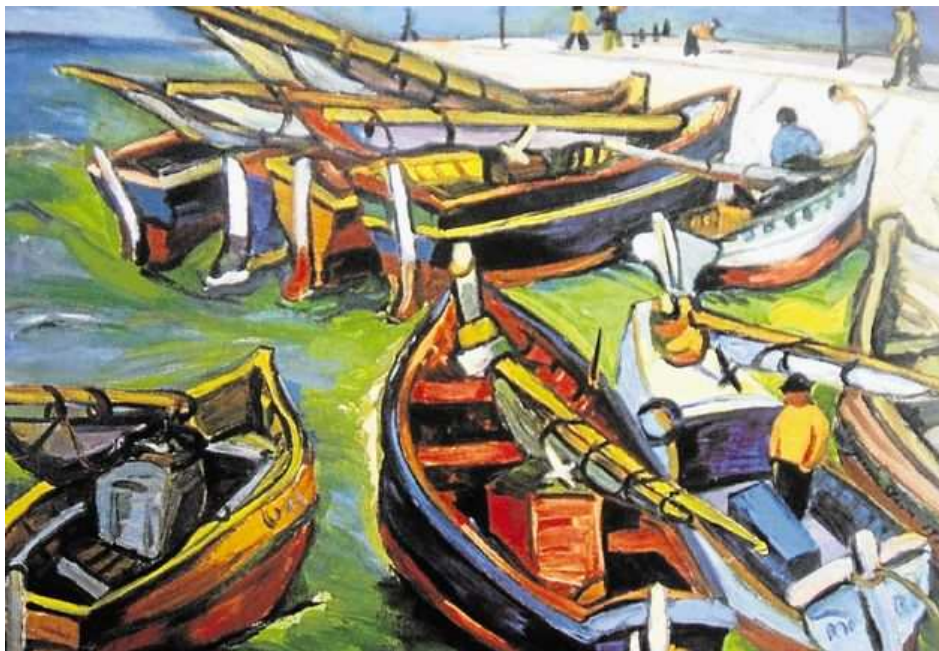
Caros Clientes e Amigos,

Num final de mês marcado pela aprovação, pelo Governo, do Orçamento do Estado para 2015, e ainda que não se justificasse incluir um qualquer resumo do mesmo – dada a sua extensão e por não se enquadrar no espírito que preside à nossa Newsletter - não poderíamos, ainda assim, deixar de incluir nesta edição um breve apontamento sobre matéria fiscal.

De entre os vários impostos, escolhemos apresentar uma nota sumária sobre as grandes linhas da denominada reforma do IRS.

Contudo, estaremos à disposição dos nossos Clientes e Amigos para prestar qualquer esclarecimento que entendam sobre as novidades do OE 2015.

José Pina



Primeiras Nótulas à Reforma do IRS

Na sequência do mandato conferido à Comissão para a Reforma do IRS, foi apresentado no passado mês de setembro o projeto de reforma do IRS, cujas propostas serão agora votadas no parlamento.

De entre as linhas gerais da reforma, avultam:

- a) A revisão e simplificação do IRS e demais regimes fiscais aplicáveis ao rendimento das pessoas singulares, de forma a simplificar o regime das respetivas obrigações declarativas e a facilitar o cumprimento das obrigações inerentes a este imposto, de acordo com as melhores práticas internacionais;
- b) A promoção da mobilidade social através, designadamente, da avaliação da tributação que incide sobre os rendimentos do trabalho, com o objetivo de reconhecer e valorizar o mérito e o esforço; e
- c) A proteção das famílias, tendo nomeadamente em consideração a importância da natalidade, através da avaliação das bases gerais da tributação da família em sede de IRS e do reforço das políticas fiscais familiares, de forma a contribuir para a inversão do atual défice demográfico na sociedade portuguesa.

(...) não se entende a forma algo atabalhoada como o poder político lançou mão de mais uma cláusula de salvaguarda, sendo este um expediente que atenua os efeitos das alterações legais (...)

Aproveitou-se também para introduzir melhorias de redação ao texto atual do Código do IRS, esclarecer dúvidas e integrar lacunas, trazendo ao texto legal codificado maior rigor e clareza.

Muito embora não se conheça ainda o texto final da lei, são de aplaudir as medidas preconizadas, destacando desde já as que visam proteger as famílias, pois com isso se dá resposta a iniquidades que vinham de há muito, e que obrigavam, por exemplo, as famílias a simular separações de facto para não serem prejudicadas no seu IRS.

Mas, nesta matéria, não se ficou por aqui. Conforme assinala a Comissão para a Reforma do IRS, a questão da proteção das famílias não pode ser considerada de forma neutra. Bem pelo contrário, admite-se nesta matéria a procura de efeitos extrafiscais de fomento à natalidade, que são precisos como nunca.

Nessa medida, são bem-vindas quaisquer medidas ao nível da chamada despesa fiscal (leia-se, benefícios fiscais) que incentivem e protejam as famílias.

O que não se entende é a forma algo atabalhoada como o poder político lançou mão de mais uma cláusula de salvaguarda, sendo este um expediente que atenua os efeitos das alterações legais, protegendo por um período transitório de 3 anos os sujeitos passivos que passariam a pagar mais com a aplicação da reforma, a saber, os contribuintes sem ascendentes ou descendentes a cargo.

É caso para dizer que lá estão os políticos, uma vez mais, a ceder ao populismo, ao invés de cortar a direito, “doa a quem doer”. Até porque, decorrido o período transitório de 3 anos em que a cláusula de salvaguarda estará em vigor, os sujeitos passivos – já anestesiados – irão sofrer inapelavelmente as consequências das opções da reforma.



Miguel Martins

miguelmartins@cammp.pt



JURISPRUDÊNCIA NACIONAL RELEVANTE

- COMERCIAL -

[Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 8 de outubro de 2014](#)

Gestão danosa – Desconsideração da personalidade jurídica – Garantias de créditos do trabalhador

A gestão danosa, quando conexcionada com a responsabilização pessoal dos 4.º a 7.º Réus, na sua qualidade de sócios e/ou administradores/gerentes, não pode ou deve ser somente configurada à luz da desconsideração da personalidade jurídica, podendo e devendo, em função dos factos alegados e dados como assentes, ser também reconduzido ao regime dos artigos 334.º e 335.º do Código do Trabalho de 2009 e 78.º, 79.º e 83.º do Código das Sociedades Comerciais, convindo lembrar, a este propósito, que segundo o artigo 664.º do Código de Processo Civil de 1961, «*O juiz não está sujeito às alegações das partes no tocante à indagação, interpretação e aplicação das regras de direito; mas só pode servir-se dos factos articulados pelas partes, sem prejuízo do disposto no artigo 264.º.*». Os créditos reclamados pelos Autores constituem retribuições e outras prestações de cariz laboral devidos por força do

contrato de trabalho e/ou como contrapartida da atividade pelos mesmos desenvolvida para a 1.ª Ré, o que faz esta cair numa situação de incumprimento, conforme se mostra prevista nos artigos 323.º e 324.º do Código do Trabalho de 2009, ressaltando dos autos que a empregadora, após ter entrado em mora contratual – que acabou por motivar a resolução, com invocação de justa causa, por parte dos trabalhadores dos respetivos vínculos jurídico-profissionais –, incorreu na prática de atos de transmissão ou disposição do seu património social que se mostram proibidos pelos números 2 e 3 do artigo 324.º e número 1, alíneas d) e e) do artigo 313.º, o que acarreta a sua anulabilidade. A 4.ª Ré, enquanto gerente da 1.ª Ré, atuou em clara violação de normas legais que protegem os interesses dos credores da mesma, numa gestão danosa para a satisfação dos seus direitos de crédito, que se reconduz ao estatuído nos números 2 do artigo 335.º do Código do Trabalho de 2009 e 78.º e 79.º do Código das Sociedades Comerciais, implicando, nessa medida, que responda solidária e conjuntamente com tal sociedade, pelas dívidas que esta tem para com os aqui Autores, revelando-se o património conhecido manifestamente insuficiente dos créditos reclamados pelos trabalhadores na ação principal. A presunção contida no número 3 do artigo 258.º do Código do Trabalho de 2009

permite atribuir o cariz retributivo a uma dada prestação paga pelo empregador ao trabalhador mas não lhe confere a categoria de retribuição-base.

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 14 de outubro de 2014](#)

Contrato de locação de estabelecimento comercial – Licença de estabelecimento comercial e industrial

O contrato de locação de estabelecimento comercial apresenta-se com objeto contratual híbrido, em que tanto a prestação de cedência do gozo como a de retribuição não coincidem com as prestações típicas do contrato de arrendamento, na medida em representam um misto que abrange, mediante contraprestação única, o gozo do prédio e o da universalidade de direito. Deste modo, o sinalagma do preço locativo, como prestação com a natureza de obrigação indivisível, é o misto de cedência do gozo do imóvel (arrendamento) mais, de forma também indissociável, o da exploração do estabelecimento. Na universalidade que constitui o estabelecimento comercial integra-se a licença administrativa de autorização de funcionamento, cuja existência deve ser assegurada pelo locador, como “elemento essencial da sua estrutura

orgânica e funcional, pois que sem ela não é possível a laboração". Assim, ao fazer a entrega do estabelecimento, e persistindo mantê-la, sem o licenciamento necessário ao funcionamento normal do estabelecimento, o locador incumpre, ou cumpre defeituosamente, a sua obrigação de entrega do bem para o fim convencionado e a que se destinava, encontrando-se demonstrada a desconformidade entre a prestação devida e a realmente efetuada.

Ora, o contraente que cumpre defeituosamente não tem o direito de exigir a respetiva contraprestação enquanto não sanar os defeitos da sua prestação, só adquirindo o direito àquela quando, prévia ou simultaneamente, se oferecer para reparar o mau cumprimento, ou seja, quando se proponha satisfazer a prestação devida e acordada ab initio.

Conclui-se, assim que, perante a oferta de uma prestação parcial defeituosa, em que está predominantemente em causa o constrangimento da contraparte a que complete a sua prestação, de natureza juridicamente indivisível e insuscetível de cumprimento parcial, traduzindo-se o seu incumprimento num iminente risco de impossibilidade de execução do contrato, com a perda total do gozo do imóvel e da exploração do estabelecimento, por facto que lhe é exclusivamente imputável e suscetível de gerar perda de interesse passível de

fundamentar o direito à resolução, deverá ter-se por legitimada a recusa do pagamento da contraprestação convencionada até que seja oferecida, por inteiro, a prestação devida, sem que se mostrem desrespeitados os princípios da proporcionalidade, da adequação e da boa fé.

- BANCÁRIO -

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 14 de outubro de 2014](#)

Cheque sem provisão – revogação – Responsabilidade bancária

O portador dum cheque não pago pelo banco que aceita um pedido injustificado de revogação, no decurso do prazo legal de pagamento, e reclama indemnização pelo valor desse cheque, fundada em responsabilidade civil, tem de demonstrar o efetivo prejuízo patrimonial (dano) e o nexo de causalidade entre o ato ilícito da revogação, o que pressupõe a alegação e prova de que não fora a revogação e a devolução ilegítima do cheque apresentado a pagamento dentro do prazo legal, o cheque seria ou poderia vir a ser descontado pelo banco sacado.

Se o sacador do cheque não tinha provisão na sua conta bancária e, por isso, o banco estava desobrigado de descontar os cheques não é detetável qualquer prejuízo económico a determinar pela diferença entre a situação em que ficou o portador em

consequência do facto ilícito (inviabilização do direito cartular) e aquela em que o mesmo portador se encontraria se o mesmo facto ilícito não tivesse ocorrido.

Apenas quando na conta sacada existam fundos que permitam ao banco descontar o título a ilegítima execução de uma ordem de revogação é suscetível de constituir causa do dano para efeito de preenchimento do pressuposto da obrigação de indemnizar, apresentando-se, fora dessa situação, a conduta ilícita como indiferente, pois que não poderá concluir-se que provavelmente o cheque seria descontado se o banco não tivesse praticado o ilícito.

- LABORAL -

[Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 8 de outubro de 2014](#)

Meios de prova – Videovigilância

Do quadro normativo que regula a reserva da vida privada e, em particular, os meios de vigilância à distância, ressalta que, verificados os pressupostos legais, mormente a autorização da Comissão Nacional de Proteção de Dados, a lei não obsta à instalação dos meios de vigilância à distância, incluindo a captação de imagem, nos locais de trabalho. Contudo, dele decorre igualmente que

essa vigilância apenas poderá ser utilizada quando vise a proteção e segurança de pessoas e bens ou quando particulares exigências inerentes à natureza da atividade o justifiquem, não podendo nunca ter a finalidade de controlar o desempenho profissional do trabalhador. É de aceitar as imagens captadas por sistema de videovigilância como meio de prova em processo disciplinar e na subsequente ação judicial em que se discuta a aplicação de sanção disciplinar, mormente o despedimento, desde que sejam observados os pressupostos que decorrem da legislação sobre a proteção de dados e concomitantemente se conclua que a finalidade da sua colocação não foi exclusivamente a de controlar o desempenho profissional do trabalhador. Num quadro circunstancial assim apurado, o trabalhador não merece – nem a lei lhe confere – maior proteção do que aquela que é conferida aos demais cidadãos e, logo, o meio de prova é lícito e admissível. A fiscalização por visionamento – expressamente indicada na lei – tem dois propósitos: dissuadir o trabalhador a adotar um comportamento desconforme àquelas proibições legais, reportadas todas elas a condutas contrárias à transparência e lisura que deve estar presente na prossecução da atividade legalmente autorizada de exploração de jogos de fortuna ou azar; e, quando esse efeito dissuasor não resultar, permitir detetar as infrações que sejam praticadas.

Considerando-se: i) que foram observados os pressupostos que decorrem da legislação sobre a proteção de dados no que respeita à autorização do sistema de videovigilância; ii) que nem a sua colocação nem as imagens captadas visam exclusivamente controlar o desempenho profissional dos trabalhadores, antes sendo obrigatório por lei a sua existência, quer como “medida de proteção e segurança de pessoas e bens” quer para o controle das “(A)tividades proibidas aos empregados que prestam serviço nas salas de jogos”; iii) que “Todos os trabalhadores do casino sabem que existe recolha de imagem com CCTV no interior do mesmo e que são filmados enquanto trabalham, estando afixado tal aviso”; resta concluir que não se verifica qualquer violação dos princípios enunciados no art.º 20.º n.ºs 1, 2 e 3, bem como do n.º1, do art.º 21.º, do CT.

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 8 de outubro de 2014](#)

Contrato de trabalho – Contrato de prestação de serviços – Subordinação jurídica

Na sua conformação prática, o contrato de trabalho e o contrato de prestação de serviço – maxime, este sob a formulação de avença –, surgem como contratos afins com difícil marcação de um traço que os diferencie, assumindo valor muito relativo o critério fundado na distinção entre obrigações de meios e obrigações de resultado, face à experienciada dificuldade em



definir o que realmente se promete: se a atividade em si, se o seu resultado. Com sentido comum, na doutrina como na jurisprudência, a distinção entre contrato de trabalho e contrato de prestação de serviço encontra, então, a sua pedra angular na subordinação jurídica, a recolher da análise dos diversos índices que normalmente coexistem, sopesando-os não isoladamente – visto o correlato valor significativo muito diverso de caso para caso – mas no seu conjunto e no contexto global do caso concreto. Com significativa frequência, o contrato de avença ocorre associado ao desempenho de profissões liberais, em que o trabalho é prestado, em regime de profissão liberal, com grande autonomia técnica e científica – v.g., pelo médico – relevando também aí, para a distinção

contrato de trabalho/contrato de prestação de serviço, a posição de autonomia ou de subordinação, neste caso pela integração do trabalhador na organização do credor e sujeição às correspondentes regras disciplinares.

Em face do específico circunstancialismo do serviço contratado – prestação dos serviços de médico psiquiatra aos reclusos internados num Estabelecimento Prisional –, perdem significação indiciária de subordinação jurídica o estabelecimento de um horário, o controlo da presença, a prestação do serviço no Estabelecimento.

De igual passo, a articulação da atividade do Autor – prática do ato médico, deontologicamente preservado – com a inserção funcional decorrente da seriação levada a efeito, em ato prévio, pelo médico responsável pelo serviço clínico no Estabelecimento Prisional – prendendo-se as instruções em causa «com o estabelecimento de prioridades em face de necessidades concretas que ao responsável pelo serviço clínico, e não ao Autor, competia conhecer, avaliar e definir» - não põe em causa o exercício autónomo da prestação a que o Autor estava contratualmente obrigado.

O não pagamento de subsídios de férias e de Natal, de par com o facto de nada se ter apurado em matéria disciplinar e em matéria de faltas - da necessidade, ou não, de justificação das mesmas e das eventuais consequências, a

nível disciplinar e/ou remuneratório -, corroboram a ausência de indícios de subordinação jurídica.

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 15 de outubro de 2014](#)

Horário de trabalho – Alteração – Horário por turnos

O horário de trabalho constitui um esquema respeitante a cada trabalhador, no qual se fixa a distribuição das horas do seu período normal de trabalho, compreendendo o número de horas diárias e semanais que está contratualmente obrigado a prestar ao longo do dia e da semana, as horas de entrada e de saída, os intervalos de descanso, e o dia de descanso semanal.

Ora, é ao empregador que cabe estabelecer o horário de trabalho, inscrevendo-se a atribuição deste direito no quadro dos poderes de direção e organização do trabalho que a lei lhe reconhece no artigo 97º do CT. Assim, a lei reconhece ao empregador o poder de alterar, unilateralmente, o horário de trabalho dum seu trabalhador por necessidades organizativas da empresa, conforme decorre do n.º 1 do artigo 217º do CT, apenas não o podendo fazer se este tiver resultado de acordo expresso em sede do contrato individual de trabalho (nº 4). A alteração do horário de trabalho é suscetível de forçar o trabalhador a reorganizar a sua vida, pelo que a lei rodeia essa possibilidade de cautelas significativas, estabelecendo o artigo 217.º um conjunto de

exigências, entre as quais se conta o dever de ressarcimento económico dos trabalhadores que, por força da alteração do horário, tenham que suportar um aumento de despesas.

No que respeita às carreiras de condução/ferrovia/tração, a colocação de um trabalhador numa determinada escala diferente da que vinha praticando não consubstancia uma alteração ao horário de trabalho para os efeitos do artigo 217º do CT, por o trabalho em regime de turnos ser inerente ao exercício de funções das categorias que integram essa carreira, estando, pela sua própria natureza, estes trabalhadores sujeitos à variação de horário decorrente da sua inserção nas escalas de serviço que lhes for fixada.

- CIVIL -

[Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 6 de outubro de 2014](#)

Contrato-promessa de compra e venda – Incumprimento – Registo provisório

O ordenamento jurídico português desde há muito tempo contempla a inscrição provisória de aquisição e de constituição de hipoteca a favor de pessoa certa, antes de titulado o contrato translativo da propriedade (artigo 47.º, nº 1 do CRP). Requerido registo pelo promitente-vendedor, com base

num contrato-promessa de compra e venda com eficácia meramente obrigacional, deve o mesmo ser qualificado registralmente como aquisição antes de titulado o contrato, sendo a sua inscrição provisória por natureza (artigo 92.º, nº 1 al. g) da CRP). Sem eficácia real do contrato-promessa de compra e venda de imóveis apenas resultam direitos obrigacionais, já que a propriedade apenas se transfere com a celebração da escritura ou por documento particular autenticado, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 408.º, nº1, 875.º, 1316º e 1317º alínea a) do Código Civil. Esta consequência não pode ser afastada pelo facto de o artigo 6.º, nº3 do Código do Registo Predial atribuir ao registo definitivo a prioridade que tinha como provisório. Daí que o simples registo provisório de aquisição com base em contrato-promessa não possa ter o efeito de fazer retroagir a aquisição da propriedade à do registo provisório. Fá-lo se o direito substantivo o permitir, isto é se do contrato resultar uma garantia ou direito real, não se dele apenas resultarem direitos de natureza obrigacional. No ato notarial da escritura tendo por objeto bem imóvel, compete ao Notário assegurar a legalidade do ato, da qual é garante nos termos da lei, e por isso, é obrigado a advertir os outorgantes da existência e consequências de ónus, assistindo, só aí, aos promitentes compradores, recusar-se a celebrá-la quando sobre ela aqueles incidam e do contrato

promessa conste a venda livre dos mesmos (artigo 50.º, nº 3 do Código do Notariado).

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 14 de outubro de 2014](#)

Contrato de arrendamento – Defeitos do imóvel – Comunicação ao senhorio

Declarando a arrendatária no contrato de arrendamento que conhecia o estado de manutenção e conservação do imóvel locado e, assim, as deficiências que este apresentava, a existência destas não traduz incumprimento do contrato por parte da locadora, constituindo um dos casos de irresponsabilidade desta. Se essas deficiências se revelaram depois, incumbia à arrendatária comunicá-las imediatamente, sob pena de a locadora não poder por elas ser responsabilizada.

O direito de resolução por falta de licença de utilização, de que beneficia o arrendatário, não é consequência automática dessa falta; esta tem de ficar a dever-se a causa imputável ao senhorio, assentando na culpa deste.

A crise económica e financeira que se vive desde 2007/2008, pelo seu carácter anormal, estrutural e grave, pode representar uma alteração profunda, imprevista e anormal das circunstâncias em que as partes decidiram contratar. Efeito dessa crise, foi a provada retração do mercado imobiliário e a quebra do investimento, com interferência direta no objetivo prosseguido com o

contrato de arrendamento celebrado entre as partes. Sendo que, no caso, essa interferência não frustrou, porém, esse fim contratual, traduzindo-se apenas numa previsível maior dificuldade em conseguir esse objetivo. Para tal concorria também a dificuldade em subarrendar o imóvel, que era inerente ao próprio contrato celebrado e que a arrendatária teria de suportar, estando, nesta medida, compreendida nas flutuações normais do contrato. Neste condicionalismo e perante as demais circunstâncias do caso, a resolução do contrato, transferindo de modo injustificado o risco e o prejuízo apenas para a locadora, não seria uma solução razoável e equilibrada, nem justificada pela boa fé.

- PROCESSUAL -

[Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 29 de setembro de 2014](#)

Processo executivo – Inércia das partes – Extinção da instância

Num processo de execução, estando em curso diligências de penhora requeridas pelo exequente e não tendo este sido notificado da sua impossibilidade, para indicar outros bens, não pode a execução ser julgada extinta, pelo simples decurso do prazo de três meses a que se refere o



artigo 750.º, n.º 1 do CPC. De facto, no Novo Código de Processo Civil, não só não há lugar à prolação de uma sentença de extinção da execução, como se verifica que o processo pendente é extinto, automaticamente, na sequência de comunicação eletrónica do agente de execução, sem intervenção do juiz.

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 14 de outubro de 2014](#)

Processo executivo – Título executivo – Ata da Assembleia de Condóminos

Para constituir título executivo, a ata da assembleia de condóminos tem de permitir, de forma clara e por simples aritmética, a determinação do valor exato da dívida de cada

condómino, não dependendo, pois, a respetiva força executiva, da assinatura de todos os condóminos (ainda que participantes), nem de, nela, ser explicitado aquele valor.

[Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 14 de outubro de 2014](#)

Processo executivo – Penhora – Bem imóvel

Da previsão direta do artigo 834º, nº 2 do CPC (atual artigo 751º, nº 3) resulta admitir-se, através da penhora de imóveis, algum excesso de valor destes, relativamente à quantia exequenda, quando seja de presumir que a penhora de bens de outra natureza, designadamente móveis, não permita satisfazer a quantia exequenda no prazo de seis meses.

Com esta base, por identidade de razão, tendo-se procedido à penhora de imóveis cuja venda executiva, presumivelmente, não permita satisfazer o crédito exequendo em concreto no prazo de seis meses (por razões de valor desses imóveis ou por estarem onerados), deve aceitar-se o reforço da aptidão executiva à satisfação do crédito exequendo, através da penhora de bens móveis, mesmo que estes excedam o valor do referido crédito. Acresce que, a antevisão do valor do crédito exequendo a considerar no juízo de adequação, em vista do valor dos bens a penhorar, deve reportar-se ao valor que seja previsível vir a ser satisfeito em concreto ao exequente, nas situações de concorrência deste na execução com outros credores.



PRINCIPAIS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

- ADMINISTRATIVO -

Portaria N.º 219/2014, 21 de outubro de 2014

Vincula vários serviços do Ministério da Educação e Ciência à jurisdição do Centro de Arbitragem Administrativa.

- FISCAL -

Decreto-Lei N.º 158/2014, de 24 de outubro de 2014

No uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 237.º da [Lei n.º 83-C/2013](#), de 31 de dezembro, altera o Código do IVA e aprova o novo regime especial do IVA para sujeitos passivos não estabelecidos no Estado membro de consumo ou não estabelecidos na Comunidade

que prestem serviços de telecomunicações, de radiodifusão ou televisão e serviços por via eletrónica a pessoas que não sejam sujeitos passivos, estabelecidas ou domiciliadas na Comunidade, transpondo parcialmente para o ordenamento jurídico interno o artigo 5.º da Diretiva n.º 2008/8/CE, do Conselho, de 12 de fevereiro de 2008.

Resolução da Assembleia da República N.º 86/2014, de 28 de outubro de 2014

Orçamento da Assembleia da República para 2015. Entre as novidades do IRS podem ser apontadas a opção pela tributação tributação separada do casal, bem como a alteração do quociente familiar cada dependente ou ascendente a cargo passa a ser considerado no IRS do agregado familiar, com um ponderador de 0,3 em 2015 (0,4 em 2016 e 0,5 em 2017) com benefício até € 2.000. Prevê-se ainda a criação de um regime favorável para os trabalhadores por conta de outrem que optem por iniciar uma atividade económica por conta própria, com redução em 50% (1.º ano) e em 25% (2.º ano) o IRS devido. No IRC, a grande novidade é a redução da taxa nominal do IRC para 21%.

- LABORAL -

Decreto-Lei N.º 154/2014, 20 de outubro de 2014

Cria uma medida excecional de

apoio ao emprego que se traduz na redução temporária da taxa contributiva, a cargo da entidade empregadora, de 0,75 pontos percentuais, relativamente às contribuições referentes às remunerações devidas nos meses de novembro de 2014 a janeiro de 2016. A medida aplica-se às entidades empregadoras de direito privado, contribuintes do regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem, relativamente a cada trabalhador ao seu serviço, com as ressalvas constantes do diploma.

- FINANCEIRO -

Decreto-Lei N.º 155/2014, de 21 de outubro de 2014

Cria a IFD - Instituição Financeira de Desenvolvimento, S. A. (aprova os respetivos estatutos) que tem por objeto a realização de operações que visem colmatar as insuficiências de mercado no financiamento de pequenas e médias empresas viáveis através i) da gestão e administração de fundos de investimento, de outros patrimónios autónomos ou de instrumentos de natureza análoga, todos suportados por fundos públicos de apoio à economia, e ii) da realização de operações de crédito, incluindo concessão de garantias e outros compromissos.

CAMMP & Associados - Sociedade de Advogados, RL | www.cammp.pt
Avenida da República, n.º 24 - 9º, Lisboa
Tel.: +351213170830 | Fax: +351213144877
advogados@cammp.pt

A Newsletter da CAMMP tem uma finalidade exclusivamente informativa, e não constitui uma forma de publicidade. A informação disponibilizada e os artigos aqui publicados não substituem, em caso algum, o aconselhamento jurídico para a resolução de casos concretos, não assumindo a CAMMP qualquer responsabilidade por danos que possam decorrer da utilização da informação aqui constante. O acesso ao conteúdo desta Newsletter não consubstancia a constituição de qualquer tipo de vínculo ou relação entre advogado e cliente ou a constituição de qualquer tipo de relação jurídica. A presente Newsletter é gratuita e a sua distribuição é de carácter reservado, encontrando-se vedada a sua reprodução ou circulação não expressamente autorizadas pela CAMMP.